



REC

Regulamento Específico da Competição



REGULAMENTO ESPECÍFICO DO CAMPEONATO ALAGOANO DE FUTEBOL SÉRIE A – 2026

Dos Participantes

Art. 1º – O CAMPEONATO ALAGOANO SÉRIE A – 2026 terá a participação de 8 (oito) clubes abaixo relacionados em ordem alfabética:

- 1 – Associação Sportiva Arapiraquense - **ASA**
- 2 – Associação Atlética **CORURIBE**
- 3 – Centro Sportivo Alagoano - **CSA**
- 4 – Clube de Regatas Brasil - **CRB**
- 5 – Clube Sociedade Esportiva - **CSE**
- 6 – Esporte Clube **CRUZEIRO** Arapiraca
- 7 – **MURICI** Sport Clube
- 8 – Sport Club **PENEDENSE**

Da Fórmula de Disputa

Art. 2º – A competição com 8 (oito) participantes tem previsão de início em 10 de janeiro e término previsto para 07 de março de 2026.

Art. 3º – O Campeonato Alagoano Série A – 2026 será disputado em três fases distintas, a saber: Primeira Fase, Fase Semifinal e Fase Final.

Art. 4º – Na Primeira Fase, os clubes jogam entre si em sistema de ida, perfazendo um total de 7 (sete) jogos para cada.

Art. 5º – Ao final da Primeira Fase, os clubes classificados nos quatro primeiros lugares estarão classificados para a Fase Semifinal do Campeonato Alagoano Série A – 2026.

§ 1º – Em caso de empate em pontos ganhos entre dois ou mais clubes na Primeira Fase, o desempate para efeito de classificação, será efetuado observando os seguintes critérios:

- I –** Maior número de vitórias;
- II –** Maior saldo de gols;
- III –** Maior número de gols marcados;
- IV –** Confronto direto, somente na hipótese de ocorrer entre dois clubes, sem o gol qualificado fora de casa;
- V –** Menor número de cartões vermelhos recebidos;
- VI –** Menor número de cartões amarelos recebidos;
- VII –** Sorteio.

§ 2º – Ao final da Primeira Fase, os clubes desclassificados ocuparão do 5º ao 8º lugares na classificação final do Campeonato Alagoano Série A – 2026, observando-se, caso necessário, os critérios de desempate acima elencados.

Art. 6º – Na Fase Semifinal, os clubes se enfrentam, em jogos de ida e volta, com mando de campo da segunda partida do clube com melhor campanha na Primeira Fase, classificando-se os vencedores do confronto para a Fase Final.

§ 1º – Os jogos da Fase Semifinal acontecerão de acordo com o seguinte chaveamento: 1ª melhor campanha na Primeira Fase x 4ª melhor campanha na Primeira Fase e 2ª melhor campanha na Primeira Fase x 3ª melhor campanha na Primeira Fase.

§ 2º – Em caso de empate em pontos ganhos entre os dois clubes na Fase Semifinal, o desempate para efeito de classificação será efetuado observando os seguintes critérios abaixo:

- I – Maior saldo de gols nas duas partidas da Fase Semifinal;
- II – Cobrança de pênaltis de acordo com os critérios adotados pela **International Board**.

Art. 7º – Na Fase Final, os clubes vencedores do confronto da Fase Semifinal se enfrentarão em jogos de ida e volta, com mando de campo da segunda partida do clube com melhor campanha somadas todas as fases anteriores.

§ 1º – A expressão melhor campanha deve ser compreendida como o maior somatório de pontos ganhos obtidos pelo clube, e numa eventual persistência de igualdade em pontos ganhos, deverá ser aplicada a ordem de critérios estabelecida no artigo 5º, § 1º, deste regulamento.

§ 2º – Em caso de empate em pontos ganhos entre os dois clubes na Fase Final, o desempate para efeito de definir o Campeão será efetuado observando os seguintes critérios abaixo:

- I – Maior saldo de gols nas duas partidas da Fase Final;
- II – Cobrança de pênaltis de acordo com os critérios adotados pela **International Board**.

Art. 8º – Ao clube vencedor da Fase Final do Campeonato Alagoano Série A – 2026 será atribuído o título de Campeão Alagoano 2026, além de obter uma das vagas na Copa do Brasil 2027, Copa do Nordeste 2027 e Campeonato Brasileiro da Série D 2027, conforme critérios estabelecidos pela CBF.

§ 1º – Ao clube perdedor da Fase Final do Campeonato Alagoano Série A – 2026 será atribuído o título de Vice-Campeão Alagoano 2026, além de obter uma das vagas na Copa do Brasil 2027, Copa do Nordeste 2027 e Campeonato Brasileiro da Série D 2027, conforme critérios estabelecidos pela CBF.

§ 2º – As vagas na Copa do Nordeste 2027 serão distribuídas conforme critérios estabelecidos pela CBF no regulamento daquela competição.

Art. 9º – Dentre os clubes desclassificados na Fase Semifinal, será definido como Terceiro Colocado o clube com melhor campanha somadas **todas as fases anteriores**, observando-se, caso necessário, os critérios de desempate previstos no artigo 5º, § 1º, deste regulamento, além de obter uma das vagas na Copa do Brasil 2027, conforme critérios estabelecidos pela CBF.

Parágrafo Único – Caso algum Clube que tenha obtido a vaga da Copa do Brasil 2027 no Campeonato Alagoano Série A – 2026 adquira direito à mesma vaga por algum dos critérios estabelecidos pela CBF, esta vaga será destinada para outro clube de acordo com a classificação final do Campeonato Alagoano Série A – 2026.

Do Representante na Série D

Art. 10 – O Campeão e o Vice-Campeão Alagoano de 2026 serão os representantes no Campeonato Brasileiro da Série D de 2027, conforme critério estabelecido pela Confederação Brasileira de Futebol, exceto para os representantes já classificados para as competições nacionais, caso em que se seguirá a classificação final do Campeonato Alagoano Série A – 2026.

Parágrafo Único – Caso o detentor da vaga no Campeonato Brasileiro da Série D – 2027 obtenha acesso de divisão nacional na temporada em curso, a vaga será destinada conforme a classificação final do Campeonato Alagoano Série A – 2026.

Do Rebaixamento

Art. 11 – O clube classificado na 8ª (oitava) posição na classificação final do Campeonato Alagoano Série A – 2026 será rebaixado ao Campeonato Alagoano Série B – 2027.

Art. 12 – Fica estabelecido o acesso de 01 (um) clube, o Campeão Alagoano Série B – 2026, para o Campeonato Alagoano de Futebol Série A – 2027.

Do Local e Horário dos Jogos

Art. 13 – Todos os clubes mandantes deverão obrigatoriamente ter um local adequado e isolado em seus estádios para acomodar a Diretoria do clube visitante, com capacidade para até 10 (dez) pessoas e mais 20 (vinte) ingressos de arquibancada.

Art. 14 – Os locais dos jogos serão determinados de acordo com a tabela elaborada pela Diretoria de Competições da FAF (**DCO/FAF**) e será parte integrante do presente regulamento.

§ 1º – Terão o mando de campo das partidas os clubes posicionados à esquerda da tabela. Os 4 (quatro) melhores colocados na edição anterior do Campeonato Alagoano Série A terão direito a 4 (quatro) mandos de campo no Campeonato Alagoano Série A – 2026.

§ 2º – A designação do local onde serão realizadas as partidas será da DCO/FAF, caso o clube não informe ou não tenha seu estádio aprovado para as realizações de partidas em sua cidade.

Art. 15 – Os nomes dos estádios onde acontecerão os jogos serão comunicados previamente pelos clubes participantes à DCO/FAF, até o dia 10/12/2025, através de ofício e sempre tendo em anexo, quando for o caso, a autorização da entidade proprietária do referido estádio.

§ 1º – Os clubes deverão apresentar à FAF os Laudos de Vitorias e documentação dos estádios indicados até o dia 20/12/2025, conforme Portaria 55/2023, do Ministério dos Esportes, que, juntamente com o Laudo da Comissão de Vistoria e Inspeção, são indispensáveis à liberação das praças esportivas.

§ 2º – Todos os estádios deverão dispor de sistema de iluminação artificial, permitindo a realização de jogos no período noturno, conforme critérios estabelecidos nos relatórios produzidos por empresa técnica especializada, sendo mantida a exigência de um padrão mínimo de **300 lux** para 2026.

§ 3º – Todos os estádios deverão dispor de gramado em bom estado de conservação que esteja adequado à boa prática do futebol, assim determinado por laudo próprio confeccionado pela Comissão de Vistoria e Inspeção dos Estádios da Federação Alagoana de Futebol, e caso o clube mandante utilize de algum artifício para alterar deliberadamente a qualidade do gramado já vistoriado, ocasionado prejuízo técnico ao desenrolar da partida e ao adversário, estará sujeito à aplicação de multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e encaminhamento da matéria ao TJD/AL.

§ 4º – Não ocorrendo a aprovação do estádio até dia 05/01/2026, a Federação Alagoana de Futebol determinará a substituição do estádio, até que sejam tomadas todas as providências para sua aprovação.

§ 5º – Os clubes se submetem às disposições da Diretriz Técnica que trata da disciplina acerca de cabines de transmissão, vestiários e condições de gramado, cujas condições são obrigatórias para o Campeonato Alagoano Série A – 2026.

Da Comissão de Vistoria e Inspeção

Art. 16 – Fica mantida a Comissão de Vistoria e Inspeção de estádios no âmbito da Federação Alagoana de Futebol com a anuência dos clubes participantes do Campeonato Alagoano Série A – 2026.

§ 1º – A Comissão de Vistoria e Inspeção será composta por 05 (cinco) membros oriundos das seguintes instituições que indicarão 01 (um) integrante cada uma, a saber: Federação Alagoana de Futebol – FAF, ACDA e ACEA (englobando Sindrádio), SINDAFAL, além de 01 (um) representante dos clubes e 01 (um) representante dos atletas, que pode ser indicado por meio do Sindicato correspondente, cuja presidência recairá sobre o representante da FAF.

§ 2º – Caberá à Comissão de Vistoria e Inspeção a avaliação das condições dos estádios indicados para a prática dos jogos do Campeonato Alagoano Série A – 2026, examinando Cabines de Transmissão de Rádio e TV, observando-se a quantidade mínima e adequação; Vestiários, observando-se padrão de higiene, sanitariedade e limpeza; e Gramados, se estão adequados à boa prática do futebol.

§ 3º – Deverá ser criado pela Comissão seu Regimento Interno e Modelo Padrão de Laudos a serem confeccionados.

§ 4º – As decisões da Comissão serão encaminhadas a DCO/FAF e demais órgãos competentes, caso encontradas irregularidades pertinentes.

Das Datas

Art. 17 – Serão alteradas por ato da presidência da FAF ou pela DCO/FAF as datas dos jogos que coincidam com partidas de clubes Alagoanos em competições organizadas pela CBF, ficando como prerrogativa do Presidente da FAF a suspensão ou não de toda rodada do campeonato.

Art. 18 – Quaisquer modificações na tabela somente poderão ocorrer se publicadas pela DCO/FAF em um prazo mínimo de 05 (cinco) dias, antes da data programada para a realização da partida e antes da nova data solicitada, devendo este prazo ser respeitado pelos clubes que desejarem solicitar alguma modificação.

Parágrafo Único – Os clubes e atletas profissionais não poderão, como regra geral, disputar partida sem observar o intervalo mínimo de 60 (sessenta) horas, período que pode ser, excepcionalmente, reduzido para 48 (quarenta e oito) horas para fins de adequação de partidas e cumprimento de calendário.

Dos Horários dos Jogos

Art. 19 – Os clubes terão que comunicar à DCO/FAF com a antecedência necessária para a tomada de providências, dentro do que estabelece a Lei Geral do Esporte, os horários em que pretendem que sejam realizados os jogos em que tenham mando de campo, cabendo à Federação a definição dos horários das partidas.

Parágrafo Único – Se em determinada rodada os resultados das partidas interessarem a terceiros, a FAF poderá publicar ato determinando que todas as partidas sejam realizadas na mesma data e no mesmo horário.

Dos Atletas

Art. 20 – Somente poderão participar da competição, os atletas que tenham seus contratos publicados no Boletim Informativo Diário (BID) da Confederação Brasileira de Futebol até o último dia útil anterior à partida de seu clube, observando-se que novas inscrições serão permitidas apenas até o último dia útil anterior à realização da 7ª (sétima) rodada da Primeira Fase.

§ 1º – Após o início da competição, somente poderão atuar os atletas que tenham seus contratos devidamente publicados no BID da CBF até o último dia útil anterior a partida de seu clube, conforme as normas gerais estabelecidas no Regulamento Nacional de Registro e Transferência de atletas da CBF.

§ 2º – Os clubes participantes desta competição terão que inscrever obrigatoriamente já para a disputa da primeira rodada da Primeira Fase, bem como, para as demais partidas do campeonato, no mínimo 18 (dezoito) atletas profissionais, e em caso de descumprimento, o clube estará automaticamente eliminado da competição, sendo obrigatório o uso da ferramenta de **pré-escala** em todas as partidas.

§ 3º – Os clubes poderão inscrever um número máximo de 50 (cinquenta) atletas, sendo 33 (trinta e três) profissionais e 17 (dezessete) atletas da base; com direito apenas a uma substituição na posição de goleiro por conta de comprovada lesão, o que deve ocorrer até o último dia útil anterior ao início da 7ª (sétima) rodada da Primeira Fase.

§ 4º – Entende-se como atletas da base, que poderão integrar a relação prevista no parágrafo anterior, aqueles que tenham até 21 (vinte e um) anos incompletos de idade e estejam registrados no BID da CBF até o último dia útil anterior à partida de seu clube na rodada inaugural do Campeonato Alagoano Série A – 2026.

§ 5º – O atleta estará apto a atuar por seu clube no momento em que o seu contrato aparecer no BID da CBF e esteja inscrito na competição por meio da ferramenta de inscrição de atletas no sistema **GestãoWeb**.

§ 6º – Os atletas inscritos na Diretoria de Registro e Transferência da FAF (**DRT/FAF**) após o prazo referido no presente artigo, não terão condições de jogo para as demais partidas do Campeonato Alagoano Série A - 2026, salvo as renovações de contratos, prorrogações ou remoções de categorias dentro do mesmo clube.

§ 7º – Os atletas emprestados, ao retornarem aos seus clubes de origem, e/ou que apareçam no BID da CBF após o início da 7ª (sétima) rodada da Primeira Fase, não terão condições de jogo para participarem da competição.

Art. 21 – O clube que incluir em sua equipe atleta(s) que não esteja(m) devidamente registrado(s) no BID da CBF e/ou sem condição de jogo, ficará sujeito às penalidades aplicadas pelo TJD/STJD com base na Legislação Desportiva.

Art. 22 – Durante a realização de uma partida do campeonato, os clubes poderão efetuar até 05 (cinco) substituições indistintamente, observando-se até 3 (três) paradas durante o jogo, excluída do cômputo eventual alteração que ocorra no intervalo.

Art. 23 – Os clubes disputantes desta competição poderão incluir na relação dos 23 (vinte e três) atletas, entre titulares e reservas, devidamente registrados pelo BID da CBF, para cada partida, no máximo 07 (sete) atletas estrangeiros e 05 (cinco) atletas não profissionais com até 20 (vinte) anos de idade, e tendo em vista o disposto no artigo 43, da Lei 9.615/98, sendo vedada a participação de atletas não profissionais com idade de 21 (vinte e um) anos completos, conforme previsão do RGC/CBF.

Art. 24 – Fica vedada ao atleta que disputar qualquer partida por um clube participante do Campeonato Alagoano Série A – 2026 a transferência para outro clube que esteja disputando a mesma competição, com exceção do atleta que assinar a súmula na qualidade de substituto (regra III) e não participar dos jogos do Campeonato, podendo transferir-se, uma única vez, com condição de jogo para outro clube disputante, desde que como substituto, não tenha sido penalizado no Campeonato e sejam obedecidos os prazos estabelecidos no **artigo 20, § 7º**, do presente Regulamento; bem como, na hipótese normativa prevista no artigo 31, §5º, da Lei 9.615/98 (Lei Pelé).

Art. 25 – Por determinação da FIFA e da CBF, os atletas cumprirão sempre a suspensão automática, após advertência do terceiro Cartão Amarelo ou do Cartão Vermelho, conforme a seguinte orientação:

I – Em todos os campeonatos e torneios realizados no território nacional, o jogador expulso de campo pelo árbitro, ficará automaticamente impedido de participar da partida subsequente da mesma competição.

II – Em todos os campeonatos e torneios realizados no território nacional o jogador que for advertido com a exibição do cartão amarelo, por três vezes, ficará impedido automaticamente de participar da partida subsequente.

§ 1º – Também o membro de Comissão Técnica que for expulso do banco de reservas ficará automaticamente impedido de participar da partida subsequente, conforme RGC/CBF, independentemente do mérito e da data da decisão do julgamento da infração disciplinar pelo TJD/AL.

§ 2º – Os cartões serão zerados ao final da Primeira Fase, não eximindo os atletas de cumprimento da suspensão automática por expulsão ou acúmulo de três cartões amarelos em virtude de advertências aplicadas, inclusive na última rodada.

Art. 26 – Em caso de suspensão ou adiamento de partida, a nova data será definida por ato administrativo da FAF. O jogador que estiver impedido de atuar na data originalmente prevista deverá cumprir o impedimento na partida subsequente, não sendo impedido, por esse motivo, de participar da partida adiada quando esta vier a ser realizada.

Da Arbitragem

Art. 27 – A arbitragem das partidas da competição ficará sob a responsabilidade da Diretoria de Arbitragem da Federação Alagoana de Futebol (**DA-FAF**), que ocorrerá conforme dispõe a legislação vigente, observando-se, especialmente, a disciplina do Estatuto de Defesa do Torcedor, sendo os árbitros designados pelo sistema de “SORTEIO” ou “AUDIÊNCIA”, sempre de modo público, com sua formatação definida pela DA-FAF.

§ 1º – A eventual reclamação contra quaisquer dos integrantes do quadro de arbitragem deverá obedecer aos procedimentos pertinentes e ser encaminhada a DA-FAF, com representação formal escrita e mídia com vídeo dos fatos reclamados, tendo a DA-FAF até 48h (quarenta e oito horas) para analisar os fatos, ficando a critério da DA-FAF, utilizar em 2026, a “OUVIDORIA INDEPENDENTE”, onde as representações poderão ser avaliadas por outras federações em até 72h (setenta e duas horas).

§ 2º – Os Clubes disputantes da competição terão o direito de solicitar à DA-FAF a designação de “TRIOS” de arbitragem à CBF, cujo quadro designado deverá incluir árbitro central e os 2 (dois) árbitros assistentes, além da obrigatoriedade de inclusão do VAR nos jogos em que a ferramenta seja utilizada, sendo todos estes preferencialmente do quadro da “FIFA”, desde que o façam de forma oficial até 3 (três) dias úteis antes da partida, em caso de partidas previstas para o fim de semana, e até 2 (dois) dias úteis, em caso de partidas previstas para o meio de semana, se responsabilizando por todas as despesas decorrentes da arbitragem solicitada, cujo pagamento terá que ser efetuado até o último dia anterior à realização da partida solicitada, sob pena de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor das despesas devidas.

§ 3º – A critério da DA-FAF, as designações da arbitragem poderão ser por meio de INTERCÂMBIO entre Federações vizinhas do Nordeste, observando-se o interesse entre as comissões de arbitragem, a disponibilidade e a relevância do procedimento.

Art. 28 – A FAF poderá utilizar a tecnologia em arbitragens em que o uso do árbitro de vídeo – “AV” (VAR) deve ocorrer a partir do momento em que a DA-FAF apresente condições técnicas, materiais e autorização para utilização por meio da CBF e do IFAB (International Board), o que poderá ser implementado no curso da competição ou apenas para os jogos das fases finais do Campeonato Alagoano Série A – 2026.

Do Controle da Dopagem

Art. 29 – Qualquer atleta inscrito por clube participante do Campeonato Alagoano Série A – 2026, inclusive na condição de reserva, estará sujeito a exame de controle de dopagem, observadas as normas e procedimentos da legislação especial que rege a matéria.

Parágrafo Único – O atleta que se recusar à realização do controle de dopagem será excluído sumariamente da competição.

Art. 30 – O exame antidoping será custeado pelo clube que o solicitar, podendo, no entanto, haver o rateio das despesas entre os participantes do jogo, caso assim seja acordado de maneira formal, devendo o pagamento ser efetuado até o último dia anterior à realização da partida para a qual o exame seja solicitado.

Do Número de Atletas e Interrupção

Art. 31 – Nenhuma partida do campeonato poderá ser iniciada caso qualquer um dos clubes conte com menos de 07 (sete) atletas, conforme a regulamentação vigente.

Art. 32 – Nesta hipótese, o árbitro deve aguardar por até 30 (trinta) minutos, após o horário previsto para o início da partida. Caso o clube permaneça com número insuficiente de atletas, será declarada vencedora pelo escore de 3x0 (três a zero), o clube que contar com a quantidade regulamentar mínima de atletas (sete ou mais).

Art. 33 – Caso o fato ocorra com as duas equipes, ambas serão declaradas perdedoras pelo escore de 3x0 (três a zero).

Art. 34 – O fato acontecendo no transcurso da partida, a mesma será encerrada pelo árbitro, observados os prazos previstos, acarretando as seguintes consequências independentes das sanções cabíveis:

- I** – se um clube houver dado causa à suspensão e era vencedor da partida será ele declarado perdedor pelo escore de 3x0 (três a zero);
- II** – se um clube houver dado causa à suspensão e era perdedor, o adversário será declarado vencedor pelo placar de 3x0 (três a zero) ou pelo placar do momento da suspensão, prevalecendo o correspondente à maior diferença de gols;
- III** – se a partida estiver empatada, o clube que houver dado causa à suspensão será declarado perdedor, pelo escore de 3x0 (três a zero);
- IV** – se o clube que não deu causa à paralisação, em quaisquer das hipóteses descritas nos anteriores incisos I, II ou III, estiver dependendo de saldo de gols para obter classificação a fases ou competições seguintes, tal ocorrência será necessariamente encaminhada ao Tribunal de Justiça Desportiva.

Art. 35 – O clube que deixar de comparecer ao campo para disputar uma partida será considerado perdedor pelo escore de 3x0 (três a zero), independente das sanções previstas no CBJD.

Art. 36 – O clube que deixar de comparecer a 02 (dois) jogos do atual campeonato será automaticamente eliminado do Campeonato Alagoano Série A – 2026, independente das demais sanções previstas no CBJD, bem como, eliminado da próxima edição do Campeonato Alagoano.

Parágrafo Único – Na hipótese do **caput**, será mantido um único placar de 3x0 (três a zero) em favor de todas as equipes adversárias, caso o clube infrator não tenha disputado 4 (quatro) partidas na competição; e serão mantidos os placares de campo dos jogos realizados e o placar de 3x0 (três a zero) em favor das equipes adversárias de jogos futuros, caso o clube infrator já tenha disputado 4 (quatro) partidas na competição.

Art. 37 – Uma partida só poderá ser adiada, interrompida ou suspensa caso ocorra, pelo menos, um dos seguintes motivos:

- I** – falta de segurança;
- II** – mau estado do campo, que torne a partida impraticável ou perigosa;
- III** – falta de iluminação adequada;
- IV** – ausência de ambulância e condições médicas obrigatórias no estádio;
- V** – atos graves nos deslocamentos das delegações dos clubes e da equipe de arbitragem que atrasem ou impeçam a chegada ao estádio;
- VI** – conflitos ou distúrbios graves no campo ou no estádio;
- VII** – procedimentos contrários à disciplina por parte dos componentes dos clubes ou de suas torcidas, incluindo o uso de lasers e/ou sinalizadores;
- VIII** – fato extraordinário que represente uma situação de comoção incompatível com a realização ou continuidade da partida.
- IX** – atos ou cânticos racistas, homofóbicos, sexistas, xenofóbicos por parte de atletas, torcedores, membros da comissão técnica e dirigentes.

§ 1º – Nas hipóteses previstas neste artigo, o árbitro aguardará o prazo de até trinta (30) minutos, prorrogáveis, excepcionalmente, por até mais 30 (trinta) minutos, para dar início ou prosseguimento à partida, se cessado o motivo impeditivo. Caso contrário, o árbitro poderá adiar, suspender ou encerrar antecipadamente a partida, caso entenda que o motivo impeditivo não poderá ser sanado.

§ 2º – O árbitro poderá, a seu critério, suspender a partida mesmo que o chefe do policiamento ofereça garantias, nas situações previstas nos incisos I, V, VI e VII deste artigo.

§ 3º – Na hipótese do inciso IV, o clube mandante tem a responsabilidade pela tomada de providências para a presença de ambulância com equipamentos indispensáveis de socorro, inclusive o desfibrilador, e de médico, sendo declarado perdedor por WO, pelo escore de 3x0 (três a zero), em caso de ausência do equipamento e/ou do profissional.

§ 4º – Será aplicado, integralmente, o Protocolo Anti-Racismo previsto no artigo 138 do RGC/CBF, inclusive com a aplicação das soluções previstas nos artigos 27 e 31 do mesmo dispositivo normativo.

§ 5º – As partidas não iniciadas e as que forem suspensas até os 30 (trinta) minutos do segundo tempo, por quaisquer dos motivos identificados no **caput**, serão complementadas em data, horário e local determinado pela DCO/FAF, reiniciada no minuto em que houve a interrupção e com o placar de momento, desde que nenhum dos clubes tenha dado causa ao adiamento ou à suspensão da partida, observando-se nesta hipótese o RGC/CBF.

§ 6º – Quando ocorrer complementação de partida, o torcedor terá acesso ao estádio desde que apresente o comprovante do seu ingresso original usado para assistir à partida inconclusa.

§ 7º – As partidas que forem interrompidas após os 30 (trinta) minutos do segundo tempo serão consideradas encerradas, prevalecendo o placar daquele momento, desde que nenhum dos clubes tenha dado causa ao encerramento.

Da Ordem e Da Segurança Das Partidas

Art. 38 – Compete ao Árbitro, aos Árbitros Assistentes, Quarto Árbitro e Oficiais de Partida FAF, cumprir e fazer cumprir as determinações quanto à limitação de pessoas nos arredores do campo de jogo, permitindo o acesso, quando ainda não iniciada a partida, exclusivamente à imprensa credenciada, cujos integrantes estejam identificados por bráçadeira, crachá, jaleco ou outra identificação.

Art. 39 – Durante as partidas somente os Atletas, Árbitros e Oficiais de Partida FAF, poderão permanecer dentro do campo de jogo, sendo proibida a entrada de dirigentes, repórteres ou qualquer outra pessoa, seguindo-se o disposto nos Protocolos de Imprensa e Acesso ao campo de jogo da FAF e da CBF, que passam a ser documentos integrantes do presente regulamento.

Art. 40 – Compete ao Árbitro, aos Árbitros Assistentes, ao Quarto Árbitro e aos Oficiais de Partida FAF, ainda em relação à normalidade das competições:

- I – Providenciar para que antes da hora marcada para o início da partida, todas as pessoas credenciadas estejam nos locais reservados para sua permanência;
- II – Providenciar para que os clubes coloquem na porta de seus vestiários 60 (sessenta) minutos antes do início de cada partida a escalação de sua equipe;
- III – Serão permitidos no banco de reservas de cada clube, além do máximo permitido de 12 (doze) atletas suplentes, mais 8 (oito) pessoas componentes da comissão técnica de cada um dos clubes, que deverão ter uma função específica, a saber, um treinador, dois assistentes técnicos do treinador, um preparador físico, um médico, um fisioterapeuta, um massagista e um treinador de goleiros, sendo vedada a presença de dirigentes no banco de reservas, mesmo que queiram usar qualquer uma das funções técnicas anteriormente mencionadas.
- IV – Não iniciar as partidas se não forem rigorosamente cumpridas as disposições contidas no presente regulamento.

Art. 41 – Fica proibida a presença de quaisquer dirigentes ou qualquer outra pessoa estranha à disputa no banco de reservas e/ou nos arredores do campo de jogo.

Parágrafo Único – O Árbitro, os Árbitros Assistentes e Quarto Árbitro que, eventualmente, não cumprirem o disposto nesse artigo, ficam preventivamente suspensos pelo prazo de 30 (trinta) dias, independente da punição que venha a ser tomada pela DA-FAF.

Art. 42 – A agressão física tentada ou consumada ao Árbitro, aos Árbitros Assistentes ao Quarto Árbitro, dirigentes, atletas e prestadores de serviço do clube visitante, antes, durante e após a partida, ou qualquer ocorrência que der causa à suspensão ou interrupção da partida por mais de 30 (trinta) minutos, implicará no remanejamento da tabela da competição, para efeito da perda do mando de campo por 01 (uma) partida do clube mandante, a ser aplicada pelo DCO/FAF.

Parágrafo Único – Se os fatos mencionados neste artigo forem imputáveis ao clube visitante, estará sujeito às mesmas sanções previstas no **caput**.

Art. 43 – Caso o Árbitro da partida relate em súmula que houve falta de bola ou retardamento da partida em função do trabalho dos gandulas, maqueiros, dirigentes ou integrantes da Comissão Técnica, o clube que causou o fato será advertido com uma multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), e em caso de reincidência, o clube sofrerá multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e/ou a perda do mando de campo.

Parágrafo Único – Caso ocorra condenação por tais fatos do clube na Justiça Desportiva que implique em pena de multa, não haverá cumulação das multas, prevalecendo a punição do TJD e/ou STJD; havendo absolvição da Entidade de Prática na Justiça Desportiva, não se aplica a penalidade prevista no **caput**.

Art. 44 – Nos jogos das Fases Semifinal e Final da competição, além de outros que por sua importância se julgue necessário, a DCO/FAF poderá indicar os gandulas e maqueiros das referidas partidas.

§ 1º – Ao longo da competição, a reposição dos gandulas deverá ocorrer com a colocação das bolas do jogo em pratos esportivos que serão dispostos ao longo das laterais do campo e fundo de gol, denominado sistema **multiball**.

§ 2º – Haverá uniforme padronizado, a ser entregue pela FAF no início da competição, que será de uso obrigatório para gandulas e maqueiros.

Art. 45 – A FAF colocará 02 (duas) bolas novas para cada partida, ficando o clube mandante com a responsabilidade de colocar 07 (sete) bolas à disposição da Federação no jogo, que serão entregues ao 4º árbitro até 1 (uma) hora antes do início da partida.

Das Disposições Financeiras

Art. 46 – Os clubes elegem a empresa a ser conveniada como responsável pela confecção e comercialização dos ingressos, conforme contrato de prestação de serviços firmado para tal fim com a Federação Alagoana de Futebol, com a anuência de todos os clubes participantes, ressalvada a hipótese do clube que já tenha contrato firmado e em vigor com o mesmo objeto, estando desobrigado do mandamento do presente dispositivo.

§ 1º – A solicitação da quantidade e a especificação do tipo de ingresso, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, são de responsabilidade dos clubes disputantes e deverão ser encaminhadas à FAF através de ofício, para o seu Departamento Financeiro.

§ 2º – Os preços dos ingressos ficam assim definidos:

Arquibancadas:

Preço Mínimo R\$ 10,00 (dez reais);
Preço Máximo R\$ 60,00 (sessenta reais).

Arquibancadas em jogos exclusivamente entre CRB, CSA, ASA e jogos da final do Campeonato Alagoano Série A – 2026:

Preço Mínimo R\$ 10,00 (dez reais);
Preço Máximo R\$ 100,00 (cem reais).

Cadeiras:

Preço Mínimo R\$ 20,00 (vinte reais);
Preço Máximo R\$ 200,00 (duzentos reais).

Cadeiras em jogos exclusivamente entre CRB, CSA, ASA e jogos da final do Campeonato Alagoano Série A – 2026:

Preço Mínimo R\$ 50,00 (cinquenta reais);
Preço Máximo R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 3º – Nenhum tipo de ingresso poderá ser inferior ao estabelecido acima, exceto a meia-entrada para estudante e idoso no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) para a arquibancada e R\$ 10,00 (dez reais) para a cadeira.

§ 4º – Não será permitida a realização de nenhum tipo de promoção relativa ao preço de ingresso referente ao valor mínimo definido no § 2º deste artigo.

§ 5º – Na hipótese de infração ao estabelecido no dispositivo anterior, o clube infrator responderá perante o borderô da partida, pela complementação dos valores correspondentes à diferença verificada, independentemente das sanções oriundas de processo junto ao TJD.

§ 6º – O clube visitante terá o direito de adquirir antecipadamente a quantidade máxima de ingressos correspondente a 10% (dez por cento) da capacidade do estádio, desde que se manifeste até 02 (dois) dias úteis antes da realização da partida.

§ 7º – Os sócios dos clubes participantes das competições pagarão ingressos em todas as partidas, cujo valor mínimo equivalerá a 50% do menor preço previsto no §3º, o que deverá constar no boletim financeiro da partida, respondendo o clube que não realizar tais lançamentos pela complementação dos valores correspondentes à diferença verificada, independentemente das sanções oriundas de processo junto ao TJD.

§ 8º – Os clubes cederão a título gratuito à FAF a quantidade de 100 (cem) ingressos por jogo, sendo 70 (setenta) Arquibancadas e 30 (trinta) Cadeiras, a ser definido conforme conveniência da partida, para que sejam distribuídos junto aos patrocinadores do Campeonato Alagoano Série A – 2026.

Art. 47 – Os direitos sobre as propriedades comerciais relacionadas aos jogos, referências, eventos, ações do Campeonato Alagoano Série A – 2026 serão definidos nos acordos comerciais firmados ou autorizados pela FAF, detentora dos direitos da competição, havendo, desde já, no que couber, a correspondente cessão pelos clubes participantes.

§ 1º – Os acordos comerciais e orientações operacionais/protocolares deverão ser respeitados integralmente pelos clubes participantes do Campeonato Alagoano Série A – 2026 serão objeto de Diretriz Técnica a ser publicada oportunamente, pelo Departamento de Marketing da FAF.

§ 2º – Somente a FAF poderá autorizar a colocação de placas de publicidade estática, tapetes e de qualquer outra modalidade de material de merchandising nos estádios, cabendo aos mandantes dos jogos a responsabilidade pelo cumprimento desta obrigação, inclusive supressão de publicidade irregular, sob pena de interdição do estádio e perda de mando, além das multas contratuais.

§ 3º – A FAF autoriza a colocação de 04 (quatro) placas de publicidade estática pelos clubes dispostas atrás dos gols nas posições 01, 02, 37 e 38, junto aos corners; ficando as demais posições à disposição da FAF.

§ 4º – As placas de publicidade estática negociadas pelos clubes, cuja disposição está autorizada no campo de jogo conforme disposto no parágrafo anterior, não podem apresentar exposição de patrocínio do mesmo segmento e/ou concorrentes dos patrocinadores oficiais do Campeonato Alagoano de Futebol Série A – 2026, além de seguir o padrão dimensional determinado, devendo haver consulta prévia ao Departamento de Marketing da FAF para quaisquer esclarecimentos.

§ 5º – Como regra geral, as placas de publicidade estática negociadas pelos clubes terão a dimensão de 6 x 1 metros, com eventual adequação excepcional em caso de necessidade, cabendo aos clubes solicitar a liberação do espaço por meio de ofício à FAF.

Art. 48 – A renda bruta das partidas, depois de deduzidos os devidos tributos de ordem legal, dentre os quais se incluem os recolhimentos previdenciários em favor do INSS, sofrerá as seguintes deduções:

- a) Aluguel de campo;
- b) Despesas administrativas da Federação local, necessariamente justificadas e comprovadas;
- c) Seguro de Público presente;
- d) Impostos e Taxas locais;
- e) Despesas com pessoal em serviço do jogo (quadro móvel), necessariamente justificadas e comprovadas;
- f) Valor referente ao Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em favor dos componentes da arbitragem de cada partida, cujo pagamento será de responsabilidade da Federação Alagoana de Futebol;
- g) Taxa da Federação correspondente a 8% (oito por cento) da renda bruta;
- h) Custo dos materiais e despesas relativos ao exame antidoping, que deverá ser pago no ato da solicitação;
- i) Remuneração dos árbitros e de seus auxiliares mediante dedução da renda bruta de cada partida, conforme tabela oficial anexa ao regulamento após os descontos legais, cujo pagamento será de responsabilidade da Federação Alagoana de Futebol;
- j) Despesas relativas a transporte, hospedagem e alimentação dos árbitros.

Parágrafo Único – As importâncias a que se refere este artigo deverão ser recolhidas ao Departamento Financeiro da FAF no intervalo de cada partida, juntamente com os respectivos Boletins Financeiros (borderôs).

Art. 49 – O clube que não efetuar o pagamento do débito do seu jogo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas terá que efetuar todos os pagamentos de seus jogos posteriores de forma antecipada, sob pena de perda de mando de campo.

Das Disposições Financeiras

Art. 50 – Em observação ao disposto na Lei 13.756/2018, com aplicação do disposto neste artigo especificamente para o Campeonato Alagoano de Futebol Série A – 2026, fica estabelecido que os recursos provenientes da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa (BETs) serão rateados proporcionalmente à arrecadação auferida nesta competição, com a seguinte destinação na repartição dos recursos:

- I – 90% (noventa por cento) para os clubes participantes desta competição;
- II – 10% (dez por cento) para os atletas participantes desta competição.

§ 1º – A Federação Alagoana de Futebol, por decisão voluntária, renuncia expressamente aos valores que lhes seriam devidos especificamente das receitas previstas no **caput** para o Campeonato Alagoano de Futebol Série A – 2026, com direcionamento aos beneficiários descritos acima conforme a proporção apontada.

§ 2º – O pagamento dos valores será realizado diretamente à Federação Alagoana de Futebol pelas operadoras de apostas ou por suas entidades de repasse, por meio de transferência bancária ou outro meio eletrônico, conforme dados informados pela entidade.

§ 3º – Competirá à Federação Alagoana de Futebol efetuar os repasses constantes nos incisos I e II aos Clubes e ao Sindicato dos Atletas Profissionais de Futebol do Estado de Alagoas - SAPFEAL, respectivamente, sendo estabelecido que os valores serão divididos igualmente a todos os clubes participantes desta competição e pagos diretamente pela Federação Alagoana de Futebol a cada um deles.

§ 4º – Os clubes disputantes desta competição devem estabelecer com seus respectivos atletas, nos contratos de que trata o artigo 87-A da Lei nº 9.615/98, incluído pela Lei nº 12.395/2011, que estes receberão o percentual fixado no inciso II, do artigo 47 deste regulamento.

Art. 51 – Em nenhuma hipótese, será permitida a inversão do mando de campo, restando ao clube que, por qualquer motivo, estiver impossibilitado da utilização do seu campo, realizar a partida em novo local a ser determinado pela DCO/FAF, através de ato administrativo, vedada terminantemente a realização da partida no campo, tampouco na cidade sede do adversário, ressalvada a situação de exercício do mando de campo habitual indicado em ofício dirigido a DCO/FAF antes do início da competição.

Art. 52 – O Campeonato Alagoano Série A – 2026 será regido pelo sistema de pontos ganhos, observando-se os seguintes critérios:

- I – por vitória, 03 (três) pontos;
- II – por empate, 01 (um) ponto.

Art. 53 – Os clubes participantes deverão registrar os treinadores no BID/CBF, cuja inobservância impede a permanência do profissional no banco de suplentes.

Art. 54 – Os Desdobramentos de todas as rodadas poderão sofrer alterações, a critério da DCO/FAF, com o que concordam os clubes, em função da grade de programação das emissoras, o que resta assegurado em contrato.

Art. 55 – É obrigatória a participação dos clubes integrantes da referida competição em pelo menos 2 (duas) competições da categoria de base do campeonato alagoano, no ano de 2026, sendo obrigatoriamente no Sub-20, e, alternativamente no Sub-15 ou Sub-17, seguindo o que determina as normas esportivas vigentes, ocasionando o descumprimento em aplicação de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por cada categoria não disputada.

§ 1º – Também será obrigatória a participação no Campeonato Alagoano Feminino – 2026, como forma de fomento e desenvolvimento da categoria, sob pena de aplicação de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento.

§ 2º – Em caso de eventual quadro de pandemia, ou outra situação excepcional, impedindo ou dificultando a realização das competições apontadas, não haverá aplicação das multas, com a apresentação das justificativas correspondentes, quando cabíveis.

Art. 56 – Ficam fazendo parte integrante deste regulamento, como se nele estivessem integralmente transcritos, os seguintes instrumentos:

- a) Regulamento Geral das Competições da CBF;
- b) Resoluções da Diretoria da FAF;
- c) Decisões do Conselho Arbitral, devidamente registradas em ata;
- d) Tabela de jogos do Campeonato Alagoano Série A – 2026;
- e) Tabela de Taxas de Arbitragem;
- f) Tabela de Taxas do Pessoal do Apoio Administrativo;
- g) Tabela de Taxas de Deslocamento;
- h) Tabela de Taxas de Estádios;
- i) Regulamento Específico da Arbitragem de Alagoas;
- j) Plano Geral de Ação e Plano Operacional aplicável à competição;
- k) outros documentos a que se tenha feito referência expressa no corpo deste Regulamento.

Parágrafo Único – De acordo com os regulamentos da FIFA e CBF, aplicados subsidiariamente, fica vedada qualquer publicidade e/ou promoção pessoal de cunho político, envolvendo a exposição de agentes públicos e/ou agentes políticos, seja no uniforme ou qualquer outro meio, em que seja pretendida dar visibilidade através desta competição.

Art. 57 – Caso um clube solicite afastamento do Campeonato Alagoano Série A – 2026 após a publicação deste regulamento, o mesmo será excluído da competição e sujeito à pena de multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que será aplicada inclusive nas hipóteses de eliminação pelo disposto nos artigos 20, § 2º e 36.

Parágrafo Único – A Federação Alagoana de Futebol, a fim de manter a estrutura da competição e o equilíbrio técnico da disputa, poderá substituir o clube excluído por outro, observando a classificação final do Campeonato Alagoano Série B, desde que o clube substituído manifeste expresso interesse na disputa, firmando Termo de Compromisso até 30 (trinta) dias antes do início da competição, momento em que será publicada a tabela definitiva com os necessários ajustes.

Art. 58 – Será de responsabilidade do clube mandante a disponibilização de estrutura adequada de equipamento de som para a execução da trilha tema da competição e do Hino Nacional Brasileiro, de acordo com a Lei Estadual 6.880/07, no Protocolo de início da partida.

Art. 59 – Ressalvadas as sanções de natureza regulamentares, aqui expressamente previstas, as infrações disciplinares serão processadas e julgadas na forma estabelecida no Código Brasileiro da Justiça Desportiva e o Regulamento Geral das Competições da CBF.

Maceió/AL, 24 de Novembro de 2025.



Felipe Omena Feijó
Presidente



José Eurico Beltrão Coelho da Paz Júnior
Vice-Presidente



Luciano Sampaio Valões da Rocha
Secretário Geral



Bruno Rosell
Diretor de Competições e Desenvolvimento



Carlos Guido Ferrario Lôbo Neto
Diretor de Registro e Transferência



George Alves Feitoza
Diretor de Arbitragem